

Maria Rita Kehl: uma obra e sua pulsão

Marion Minerbo

Resenha de Maria Rita Kehl, *O tempo e o cão: a atualidade das depressões*, São Paulo, Boitempo, 298 p.

Este é mais um livro de Maria Rita Kehl em que reconheço, além de um estilo pessoal, a Psicanálise usada como instrumento de luta política pautada por uma ética – a da desalienação do sujeito; e isso em dois níveis que se imbricam mutuamente: o social e o individual. Nesse sentido, sua produção caracteriza uma obra. Esta obra, cujo leitor não é apenas o psicanalista, mas todos aqueles que se interessam pelas humanidades, marca, de maneira singular, sua inserção no campo da Psicanálise.

Isso não chega a surpreender, se consideramos sua biografia. Maria Rita não estudou psicanálise como alguém estuda para ser dentista, isto é, preparando-se para exercer um ofício como forma de ganhar a vida. Ela chega ao exercício clínico da psicanálise como consequência de, e em coerência com, seu engajamento ético/político como a intelectual que é. Nesse sentido, encontra em Lacan os instrumentos teóricos que lhe permitem lutar pela desalienação do sujeito – social e individual – com relação ao Outro. Em minha interpretação, a pulsão que move a obra de Maria Rita é a necessidade de oferecer ao leitor instrumentos para cair dessa posição

subjetiva, abrindo mão da proteção imaginária oferecida pelo Outro.

Esses elementos podem ser reconhecidos, por exemplo, em seu estudo sobre o ressentimento (*Ressentimento*, Casa do Psicólogo, 2004). O sujeito individual ou social atribuiu ao Outro o direito e a obrigação de zelar por sua felicidade, em lugar de assumir a responsabilidade por seu destino; em seguida, sentindo-se prejudicado, se ressentiu por esta não lhe ter sido dada. O ressentido se mantém ativamente nessa posição porque o ganho subjetivo é considerável: salva seu narcisismo, que poderia sair arranhado caso percebesse a covardia moral e a submissão que o levaram a ceder de seu desejo e de seu bem, sem ao menos lutar. Em lugar de se arrepender, acusa. Prefere ficar numa posição de dependência, porém protegida (ainda que prejudicado), a ser livre, mas desamparado.

Com a mesma preocupação libertária, Rita concebe a noção de *função fraterna*, mobiliza sua fratria psicanalítica para um debate, que resulta no livro *Função fraterna* (org. Maria Rita Kehl, Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2000). No primeiro ensaio, “Existe a função fraterna?”, critica a generalização abusiva segundo a qual uma fratria é sempre uma massa que deseja um líder, ou que a luta fratricida é inevitável uma vez depositado o pai da horda. No nível social, a Psicanálise é usada para mostrar que “o individualismo moderno promove o recalque do caráter coletivo do que determina nossos atos – isto é justamente o que precisa ser recuperado para restaurar a confiança dos sujeitos no laço social [...]” (p. 34). Em outro nível – simultaneamente social e individual – mostra que o sujeito precisa da cumplicidade dos irmãos para se contrapor a uma verdade tida por absoluta e para produzir novas narrativas que possam alterar o campo simbólico. Passando para o nível individual, acentua a importância das identificações horizontais, bem como a diminuição dos sentimentos de culpa e de ameaça quando um movimento contestatório é respaldado por um coletivo. No segundo ensaio, “A fratria órfã”, temos a oportunidade de

Marion Minerbo é psicanalista, analista didata da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, doutora pela UNIFESP.

ver a *função fraterna em ação*, pois a autora analisa o esforço civilizatório feito por grupos de Rap na periferia de São Paulo.

Vejo o mesmo movimento pulsional sub-tendendo seu estudo sobre o feminino (*Deslocamentos do feminino*, Imago, 2007). Resgata, no plano da história, da literatura e da teoria psicanalítica, indicadores da crise entre a mulher e as representações do feminino excessivamente restritivas que originaram o sofrimento histérico. Termina seu livro denunciando a tendência da teoria psicanalítica, ou de certo modo de conduzir as análises ainda hoje, de voltar a naturalizar o lugar do feminino, equiparando histeria e feminilidade – *os recursos fálicos ainda são vistos como sintomas a serem curados*. Mostra a ambivalência de Freud com relação às mulheres e ao feminino: “Freud ouviu a crise entre as mulheres e a feminilidade, e entendeu que a cura de suas histéricas equivalia a remetê-las de volta a esta mesma feminilidade da qual elas já se desajustavam, em função da multiplicidade de discursos e possibilidades de escolha surgidas na modernidade” (p. 265). Demonstra a impossibilidade teórica e prática de a mulher renunciar às identificações com o pai, para ser apenas “feminina”. “Se existe uma cura para as mulheres, isto é, para o *penisneid*, ela passa pela (re)conquista daquilo que, sendo dos homens, não tem por que não ser das mulheres *também*. Não um pênis, mas uma ou algumas das infinitas faces do falo” (p. 267). Percebe-se o engajamento da psicanalista na luta para ampliar as possibilidades de cura para o sofrimento feminino.

No livro *Sobre ética e psicanálise* (Companhia das Letras, 2002), embora não seja o tema central, encontramos o embrião de *O tempo e o cão*. Citando Roudinesco, diz que “o depressivo sofre de uma liberdade conquistada, porque não sabe desfrutá-la” (p. 80). Além disso, afirma que a liberdade traz consigo um tanto de sofrimento, que, na atualidade, tende a ser patologizado. A angústia não é vista como parte da condição humana e da luta para afirmação de um projeto próprio; o medo de sofrer e a recusa do con-

flito acabam por fechar as portas que o advento da modernidade lhe abre. “A depressão, sintoma do mal-estar nesse começo de milênio, como a histeria, no final da era vitoriana, é ao mesmo tempo condição e consequência da recusa do sujeito em assumir a dimensão de conflito que lhe é própria” (p. 80). Entende-se: para ser autor de um discurso próprio não há como escapar do “encontro com os dispositivos capilares do poder” (p. 134). Como veremos em seguida, o depressivo é aquele que se esquivou desse encontro sem ao menos tentar lutar. Percebem-se as ressonâncias com o tema do ressentimento.

* * *

Entro, finalmente, em *O tempo e o cão*. Neste, Maria Rita Kehl aprofunda o estudo da atualidade das depressões. Resgatando, inicialmente, a ideia pré-freudiana de melancolia, a autora mostra que essa figura dava um sentido e um lugar social reconhecido a certa *dor de ser* em culturas cujo ideal era vivido como impossível por certos sujeitos. O melancólico era um marginal, alguém que não se encaixava perfeitamente nos ideais da época, e que se recriminava por isso, sentindo-se indigno do amor do outro e de si mesmo. Mas ele era também alguém que resistia e que, a partir de um saber inconsciente, fazia a crítica dos ideais daquela cultura.

Depois de Freud, a melancolia se individualiza, passando a ser analisada apenas dentro da dinâmica dos investimentos objetais nas relações edípicas. Ela passa a designar o luto impossível pela perda de um objeto com o qual o ego mantém uma relação ambivalente e eminentemente narcísica. Mas não é esse o objeto de Maria Rita; tampouco o neurótico que se deprime. É a *depressão como posição subjetiva*.

Assim, sem desconhecer a importância dos aportes freudianos, Kehl busca recuperar a melancolia pré-freudiana, agora com o nome de depressão, como expressão de um mal-estar existencial e como analisador da cultura. O sofrimento decorrente desse mal-estar, original-

mente existencial, pode se cristalizar, fixando o sujeito numa posição patológica a partir da qual vai “ler” o mundo e reagir a essa leitura.

A psiquiatria propõe a medicalização indiscriminada da depressão, entendendo-a como entidade nosológica. Em que pese a importância do tratamento medicamentoso para certos casos, Maria Rita sustenta que *calar sistematicamente o sintoma* equivale a enterrar, uma segunda vez, a possibilidade de o sujeito ter algum acesso às determinações inconscientes da posição que ocupa; ele perde a oportunidade de desalienar-se das injunções identificatórias do Outro.

Como se constrói a depressão como posição subjetiva? A autora vê no excesso de presença do Outro, seja o materno, seja o social-cultural (o capitalismo global e a sociedade de consumo), um dos fatores que produz a demissão subjetiva. Por um lado, o Outro é intrusivo, oferece “coisas” ininterruptamente, impedindo/ocluidendo o espaço/tempo em que o sujeito poderia construir fantasias, desejos, sonhos, capazes de preencher a falta. “A depressão decorre de um excesso de presença do Outro que torna claudicante a simbolização da ausência” (p. 223). Por outro lado, o Outro também faz *demandas* excessivas; capturado no projeto impossível de fazê-lo gozar, o sujeito acaba por desesperar – ele deixa de esperar, não tem mais esperança de vir, um dia, a realizar, ainda que parcialmente, o desejo próprio. Porém, ao contrário do que se observa em outras neuroses, em que o sujeito vive a castração como derrota, o *depressivo a vive como vergonha*, pois “sabe” que se esquivou da rivalidade fálica com o pai por covardia moral. “[...] ele se retirou do jogo sem nem ao menos tentar” (p. 201). Por isso, “não consegue fazer da castração condição do desejo” (p. 233).

Essas ideias me remeteram a uma paciente que seguira um roteiro predeterminado de estudos, em que se saíra brilhantemente. Quando poderia colher os frutos de sua dedicação, ela se deprime e busca análise. Nada mais fazia sentido; depois de tanto tempo, já não sabia o que queria. Deitada no quarto escuro, recusava-se

a entrar na corrida em busca de títulos acadêmicos – tudo era vão – e pensava em suicídio. Em análise, “aprende a falar” com um Outro que a escuta, que *tolera e dá um sentido* ao seu sofrimento. Na tentativa de abreviar o tempo da depressão, de modo a continuar se adequando ao tempo social – “preciso voltar logo para o trabalho” – faz tentativas frustradas de “criar projetos” de “fora para dentro”. Naturalmente, não consegue sustentá-los. O que poderia ser um saber sobre a castração “passa do ponto”: “é tudo ilusão, nada vale a pena”. Sai da depressão apaixonando-se pela literatura, o que escuto como representação da transferência (na análise, como na literatura, há lugar para a subjetividade). Em uma sessão, cria a seguinte imagem: “eu queria estar presa na cadeia, assim ninguém poderia me pedir nada; eu ficaria com o tempo todo só para mim; poderia ler o dia inteiro”. Diante do Outro voraz, só mesmo as grades da prisão para se sentir livre.

Passando do plano individual para o social-cultural, a autora analisa as condições de subjetivação na modernidade e traz à luz injunções contraditórias do discurso do Outro que produzem a *fadiga de viver*. De um lado, o sujeito deve gozar sempre para fazer gozar o Outro. De outro, os discursos sobre o que faria o Outro gozar – os ideais a serem atingidos – estão de tal modo pulverizados que se torna complicado saber em que direção persegui-los. Nesse contexto, construir uma existência singular, a partir de um desejo próprio, se torna uma tarefa hercúlea. O fracasso se manifesta pelo colapso da capacidade imaginativa: no limite, nada mais é investido imaginariamente de valor fálico. “Uma pedra é apenas uma pedra”, como diria o poeta.

A ideia de *fatalismo* (“não adianta, não vou conseguir mudar nada”), noção desenvolvida por Benjamin, funciona, para Maria Rita, como articulador entre o plano social e individual no estudo da posição do depressivo. “O melancólico benjaminiano vê-se desadaptado, ou excluído, das crenças que sustentam a vida social de seu tempo; mas ao contrário do empenho investiga-

tivo e criativo que caracteriza seus precursores renascentistas, sente-se abatido pelo sentimento da inutilidade de suas ações. Daí a relação entre a melancolia (pré-freudiana) e o fatalismo, sentimento de insignificância do sujeito como agente de transformações, tanto na vida privada quanto na política” (p. 100). Com esse conceito, a autora sustenta sua hipótese da relação entre depressão e demissão do sujeito.

Outro conceito articulador entre o plano social e individual da depressão é a *temporalidade*. O título *O tempo e o cão* alude à velocidade da vida no capitalismo avançado e aos valores que são atropelados – representados pela figura do cão que atravessa, desavisado, a estrada em que trafegamos em alta velocidade. No evento real, não foi possível a Maria Rita parar o carro. O livro representa a pausa necessária para pensar esse acontecimento: o tempo para a *experiência*.

O contraste entre a lentidão do depressivo e a velocidade da vida chama a atenção da psicanalista. A vida limitada ao *fazer*, à necessidade de administrar os *estímulos presentes*, priva o sujeito do *tempo da experiência* – tempo em que ele poderia se apropriar, pela via das *narrativas*, do tempo passado, de modo a projetar um tempo futuro. O predomínio da vivência sobre a experiência produz o sentimento de vazio. A autora constata que se perdeu o tempo “para o devaneio e outras atividades psíquicas ‘improdutivas’ que proveem um sentido (imaginário) para a vida” (p. 161). Dessa perspectiva, entende a lentidão do depressivo como uma *resistência inconsciente* ao tempo do Outro. É possível, embora a paciente citada acima tivesse plena consciência de sua recusa em entrar na corrida da vida acadêmica. De todo modo, se o depressivo não consegue fazer algum investimento pulsional que torne os objetos significativos, a lentidão pode ter mais a ver com o fatalismo do que com um saber inconsciente. Afinal, o tempo vazio do depressivo não é vivido por ele como tempo para o ócio criativo, mas como tédio angustiante e como fadiga de viver.

A depressão como expressão do mal-estar contemporâneo decorre do recorte efetuado

pela autora a partir de Lacan. Como todo recorte, tem seu alcance – amplo, como o leitor de *O tempo e o cão* poderá constatar – e seus limites. Outros referenciais teóricos permitiriam fazer outras relações. Os pós-freudianos franceses que incorporaram em seu pensamento a obra de Klein, Winnicott e Bion entendem que o mundo contemporâneo produziu um sofrimento do tipo narcísico-identitário, que corresponde aos estados-limite. Maria Rita cita rapidamente Bergeret (p. 232), autor que faz parte desse grupo.

Nessas estruturas – denominadas por Andre Green (2002) de *não neuróticas* – o sofrimento psíquico está relacionado aos distúrbios na constituição do eu, especialmente da função (*egoica*) simbolizante, e em particular à ausência do símbolo para a *ausência*. Em *O trabalho do negativo* (“Le clivage: du désaveu au désengagement, Le moi haïssable”), Green (1999), que se diz um ex-lacaniano, faz uma crítica feroz a Lacan. “Na França, no fim dos anos cinquenta, qualquer reflexão sobre o *moi* se expunha a ataques destinados a denegrir o discurso sobre este assunto, considerado apressadamente como portador de uma ideologia normativa suspeita de conluio político com o poder. [...] A denúncia de uma ideologia [a psicanálise americana de Hartmann], cuja culpa era sobretudo a indigência teórica, havia conseguido fazer o papel da defesa ao proclamar uma verdadeira interdição de pensar a problemática do *moi* fora das diretrizes dadas por Lacan. Mesmo nessas condições, isso deixou de ser possível. A intimidação havia sido bem sucedida. Na verdade, se a empreitada foi desencorajada, é porque ela ameaçava o conjunto da teoria lacaniana, como o futuro demonstraria através dos trabalhos dos ex-lacanianos” (p. 166-7, tradução livre da autora). Green precisa reabilitar o *moi* para se dedicar a seu tema, o *borderline*.

No referencial teórico a que me refiro, enquanto o neurótico se debate com questões ligadas à libido objetal e ao desejo, o não neurótico está às voltas com a libido narcísica e com a sobrevivência do eu. Isso nos permite discriminar dois tipos de depressão: a neurótica, em que o

sujeito *desistiu do prazer*; e a não neurótica, em que *desistiu de ser* (melancolia). A posição do depressivo é sempre de *desistência*, embora de “bens” distintos.

Quando Rita fala na “fadiga decorrente da árdua tarefa de *être soi-même* exigida do indivíduo contemporâneo” (p. 160), penso numa condição psíquica a que denominei “depleção simbólica”¹ (Minerbo, 2009), que entendo estar na base do sofrimento psíquico que caracteriza a forma de subjetividade não neurótica. É a condição psíquica daqueles que, diferentemente de Baudelaire, *não conseguiram “transformar os choques da vida moderna em matéria simbólica, e, com isso, ‘dar forma’ ao monstro disforme da modernidade”* (p. 177).

Diante do “monstro sem forma”, o sujeito tem a experiência de vazio existencial, de dor de viver e de tédio. Ou ele sucumbe, e vai para “baixo das cobertas”, como diz Maria Rita, e temos a depressão. Ou, *para não sucumbir*, ele se defende do sofrimento por meio das mais diversas atuações. Temos as adições no sentido amplo do termo: a drogas do narcotráfico/indústria farmacêutica; a drogas naturais, como a endorfina e adrenalina (adição a esportes e a esportes radicais). Testemunhamos a proliferação de comportamentos compulsivos tais como: compulsão por sexo, por sexo virtual, consumo compulsivo, o cortar-se compulsivo, malhar, navegar na internet, além de outros comportamentos destinados à “construção da identidade” – uma

identidade reificada, bem entendido. Observamos também a incidência crescente de distúrbios alimentares, de certas formas de violência adolescente etc.

Dessa perspectiva, ampliam-se as formas do mal-estar contemporâneo, incluindo, além das depressões, as formas de subjetividade aditivo/compulsivas. À *diferença da depressão*, essas formas do mal-estar nem sempre são percebidas como tal – nem pelo sujeito, nem pelos outros –, pois ficam *camufladas*, já que parecem adequadas aos ideais vigentes. Metapsicologicamente percebe-se que não estão. Quando procuram análise, escutamos sujeitos, não propriamente “pobres de espírito”, mas de *espírito pobre*, em estado de depleção simbólica, que sofrem porque não conseguem viver criativamente.

Finalizo voltando à pulsão que move a obra de Maria Rita. Ela insiste nos efeitos da modernidade sobre os modos de subjetivação, e nas vantagens e desvantagens do ocaso do discurso único do Outro. A boa notícia é que ele pode ser aproveitado de forma criativa, para construir novas formas de existência. A má notícia – relativa – é que muitos sucumbem e se fixam numa posição depressiva. Eu incluiria, como reações subjetivas ao mal-estar, as adições e compulsões. Em todos esses casos, a análise oferece a possibilidade de criação de uma rede de representações capaz de conter a pulsionalidade, bem como da ampliação da capacidade de simbolização, essencial para um viver criativo.

1 O termo *depleção*, usado em medicina, significa redução de alguma substância no meio celular, com prejuízo de seu funcionamento. Por exemplo, a depleção de ferro produz anemia, que se manifesta por uma fadiga extrema. Pareceu-me uma boa metáfora para descrever a condição psíquica do sujeito contemporâneo, que tenta fazer sentido de suas vivências em meio à insuficiência da função simbolizante e à consequente *depleção simbólica*. O sem sentido acarreta um tipo de sofrimento que se manifesta por meio de comportamentos sintomáticos diversos. A depleção simbólica produz uma “anemia psíquica”, que pode ser reconhecida na fadiga de viver.

Referências bibliográficas

- Green A. (1993). *Le travail du négatif*. Paris: Les éditions de minuit.
 ———. (2002). *Idées directrices pour une psychanalyse contemporaine*. Paris: PUF.
 Minerbo M. (2009). Depleção simbólica e sofrimento não neurótico. In: *Neurose e não neurose*. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 413-33.